

Congresso tenta limpar pauta para não ficar sem o recesso

Começa hoje o esquema de esforço concentrado no Congresso Nacional para esvaziar a pauta de votação, a tempo de os parlamentares entrarem em férias e se dedicar mais intensamente à campanha eleitoral. O primeiro passo será o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que hoje define se os 68 vetos do presidente Fernando Collor podem ser apreciados em bloco.

O prazo desses vetos já venceu e, com isso, passam a ter preferência de votação, que é secreta, sem que apareçam no painel eletrônica os nomes dos que se pronunciaram contra ou favor. A derubada de um veto só acontece quando são computados 248 votos favoráveis.

A Lei de Diretrizes Orça-

mentárias é, porém, o maior obstáculo ao início do recesso parlamentar. Na semana passada, os líderes partidários optaram por deixar a votação dessa matéria para o final, o que pode implicar em sessões extraordinárias no sábado e no domingo, na hipótese da pauta não ser esgotada até sexta-feira.

Outro impedimento para a liberação dos parlamentares é o requerimento que o líder do PSB na Câmara, deputado José Carlos Sabóia (MA) pretende encaminhar às mesas da Câmara e do Senado, convocando extraordinariamente o Congresso em julho. Ele tenta assegurar a votação das leis complementares de saúde e seguridade social, limitação de juros em 12 por cento ao ano e do regime ju-

rídico único dos servidores públicos.

Experientes parlamentares não viam, ontem, como seria possível aprovar o requerimento de convocação extraordinária do Congresso, com uma pauta tão extensa quanto a que vem sendo proposta pelo deputado José Carlos Sabóia. A convocação exige pauta detalhada e o bloco governista não tem posições fechadas e favoráveis em relação à maior parte dos itens relacionados pelo líder do PSB. Um esforço concentrado, ao longo desta semana, tentará um consenso a respeito do que é mais urgente votar, fechando a semana com a apreciação da LDO, a fim de que se possa começar o recesso na segunda-feira.